



**30  
ANOS**



**CONGRESSO  
ESTADUAL**  
DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO CATARINENSE

*A justiça construída pelas mãos dos trabalhadores*

de **1 a 4 de maio** de 2019 / **Itajaí** / SC

**CADERNO**

**DE TESES**

**2019**



---

## Sumário:

- 1 – Carta de Boas Vindas aos(as) Congressistas
  - 2 – Regimento Interno
  - 3 – Teses
    - 3.1 – Tese 1 – SINJUSC Somos todos nós
    - 3.2 – Tese 2 – Direitos Valem Mais
  - 4 – Comissão Organizadora
-



## Carta de Boas vindas

Sejam todos e todas bem-vindos(as)

O 8º Congresso dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina esta sendo construído com nossos corações, mentes e muito trabalho. Neste momento, em que o País encontra-se mediado por projeto governamental que aponta para a retirada de conquistas históricas da classe trabalhadora, tornou-se fundamental a união de todos os trabalhadores e trabalhadoras em todos os rincões deste Brasil. Neste sentido, a classe trabalhadora do judiciário de Santa Catarina que está reunida neste encontro tem a responsabilidade histórica de indicar as lutas e ações de devemos abraçar com firmeza e determinação. Desta forma, lançamos um desafio a todos os presentes a construir uma estratégia de ação que nos una nas convergências de opiniões e posicionamentos, onde as divergências tenham espaço, mas não se constituam num espaço de dissenso e divisão daqueles que constroem este país. Assim, escolheremos durante estes dias a trajetória que iremos trilhar em busca dos nossos sonhos, da nossa utopia. Entendendo isso, o espaço do debate cresce, e conseqüentemente, com maior escuta para todos, a formação de consensos ou maioria fica num horizonte mais próximo, o que qualifica os trabalhadores e trabalhadoras para uma ação forte e destemida diante das dificuldades que não serão poucas num futuro muito próximo. Então, os congressistas aqui reunidos, acreditamos, irão propiciar um ambiente de conagraçamento, debate, alegria, confraternização e força para construir a unidade na luta pelos nossos direitos.

Este caderno que ora se apresenta, traz duas teses, para apreciação dos congressistas como ponto de partida para a jornada que agora se inicia.

Itajaí, 01 de maio de 2019.

## 2. Regimento Interno

Art.1 O 8º Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Catarinense será realizado nos 1 a 4 de maio de 2019, no Hotel Sandri, no município de Itajaí/SC. O tema geral escolhido SINJUSC 30 ANOS: A JUSTIÇA PELAS MÃOS DOS TRABALHADORES”.

Art. 2. A programação do 8 congresso é a seguinte:

### 01.05.2019 – Quarta-feira

14:00h – Início do check-in no Hotel (Recepção dos filiados)

14:30h – Abertura do credenciamento

19:00h – Abertura com pronunciamento do Presidente e mesa política Vídeo dos 30 anos do Sinjusc

21:00 – Jantar de Comemoração aos 30 anos do Sinjusc

### 02.05.2019 – Quinta-feira

09:00h – Apreciação do Regimento Interno do Congresso

09:15h Mesa 1 - O Brasil e o Mundo na nova era: Conjuntura internacional e nacional

Debatedores:

Renato Rovai – Jornalista, Editor da Revista Fórum e Mestre em Comunicação

Ana Georgina da Silva Dias – Economista UNB, e Supervisora Técnica do Escritório Regional do DIEESE na Bahia

Mediador: Hélio Lentz Puerta Neto – Dirigente do SINJUSC,

12:00h – Almoço

14:00h – Mesa 2 - Mídia e Judiciário: Para além do Midia Training

Debatedores:

Altamiro Borges – Jornalista e Blogueiro.

Rafael Martini – Jornalista e Assessor Institucional do Tribunal de Contas de Santa Catarina

Mediador: Caio Teixeira – Ex-Dirigente da Fenajud

16:00h – Cofeebreak

16:30h – Performance artística (Gisele Marques)

17:00h – Mesa 3: Mulheres, Trabalho e Judiciário

Debatedores:

Sabrina Fernandes – Doutora em Sociologia pela Carleton University. Professora substituta e pesquisadora da UnB, e produtora do Tese Onze.

Joana Célia dos Passos – Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Atualmente é docente no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação/UFSC.

Mediadora: Liliâne de Fátima Araújo – Dirigente do SINJUSC

20:00h – Jantar (participação da realeza da Oktoberfest e atrações)

### 03.05.2019 – Sexta-feira

09:00h – Mesa 4: Fazendo Escola pra que? A importância da formação do trabalhador

Debatedores:

Rossano Bastos Lopes – Arqueólogo, Pós-Doutor e Livre Docente em Arqueologia Brasileira.

Matheus Felipe de Castro – Pós-doutor em Direito pela UNB e Doutor em Direito pela UFSC, sendo professor de Pós-Graduação na UFSC e UNOESC.

Mediador: Claudio Del Prá Netto – Dirigente do SINJUSC

12:00h – Almoço

14:00h – Mesa 5: O Judiciário Brasileiro no Século XXI

Debatedores

Volnei Rosalen – Doutorando em Direito pela UFSC. Mestre em Direito Político e Econômico e Professor Universitário.

Francisco Luciano de Azevedo Frota – Graduado em Direito Universidade Federal do Ceará (1990), Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020) e Juiz do Trabalho da 3ª Vara de Brasília

Mediador: Guilherme Perez Fiuza – Dirigente do SINJUSC

16:00h – Cofee Break

16:30h – Mesa 6: Saúde do trabalhador: Defender a saúde e o direito ao trabalho digno

Debatedores:

Margarida Maria Silveira Barreto: Mestre e Doutra pela PUC/SP. Atualmente é professora do Curso de Pós-graduação em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo;

Roberto Ruiz - Médico do Trabalho da UFSC e Mestre em Saúde Coletiva (UNICAMP)

Mediador: Mateus Graoske Mendes – Psicólogo e Assessor do SINJUSC

19:00h – Jantar

20:30 – Teatro Udesc com a peça: O auto da Compadecida

### 04.05.2019 - Sábado

09:00h – Grupos de trabalho por eixos (Saúde, Comunicação, Mulheres, Judiciário Previdência)

12:00h – Almoço

14:00 – Assembleia congressional

17:30 – Encerramento



## 1.2 - Conjuntura Nacional

Um momento singular, é assim que poderíamos descrever o tempo que vivemos hoje. Pouca clareza existe sobre o que acontecerá nos próximos dias e nas próximas horas. O Brasil, desde o início de 2014, vive um processo complexo em que a instabilidade passou a fazer parte das nossas vidas. A frase atribuída à Tom Jobim não poderia ser mais precisa: “O Brasil não é para principiantes”.

A partir das “Marchas de junho”, em 2013, o Brasil parece ter entrado numa espiral descendente. O país que foi classificado com o povo mais esperançoso com a felicidade no ano de 2008, segundo a Fundação Getúlio Vargas, passou a não entender para onde caminhava e hoje vive um processo quase fraticida, onde famílias se afastaram, amigos brigaram e diversas relações se romperam durante o processo eleitoral vivido em 2018.

A partir de junho de 2013, com suas marchas, o Brasil elegeu em 2014 Dilma Presidenta da República, com pequena margem sobre Aécio Neves. O processo eleitoral que deveria ter se concluído com a posse não terminou pois o PSDB ingressou com ação judicial para não aceitar a posse da Presidenta eleita.

Pautas antipopulares nas mãos do Presidente da Câmara Eduardo Cunha, fizeram com que o governo não cumprisse a pauta pela qual Dilma foi eleita: a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Com o processo de “cassação” de Eduardo Cunha o impeachment avançou e com louvores à “Brilhante Ustra”, coronel torturador do período da ditadura militar, tivemos o segundo impedimento presidencial na Nova República.

Assumindo Michel Temer, com seu projeto de governo “Ponte para o Futuro” todos diziam que com o fim da crise política viriam os “investimentos estrangeiros” e que bilhões de Dólares seriam aportados no Brasil. A crise na verdade piorou. Com a promessa de criar 30 milhões de empregos Temer emplacou a reforma trabalhista retirando direitos históricos da classe trabalhadora e a crise continuou piorando e o desemprego só aumentou. O Brasil teve PIB negativo por dois anos seguidos em 2015 (-3,77%) e em 2016 (-3,60%), com pequeno crescimento em 2017 (+1,0%) e em 2018 (+1,1%). Apesar dos duros ataques, os trabalhadores conseguiram impedir o projeto de Reforma da Previdência com uma Greve Geral em Abril de 2017, o Ocupa Brasília e diversas outras grandes manifestações neste mesmo ano em defesa dos seus direitos.

Em 2018 surgem diversos escândalos de corrupção envolvendo o governo de Michel Temer: o escândalo da JBS no Palácio do Planalto. Cunha já está preso. Rocha Loures é pego com uma mala de R\$ 500 mil. Gedel é preso com R\$ 51 milhões em seu apartamento. O primo de Aécio Neves é pego com R\$ 500 mil numa mochila. No cenário eleitoral à presidência da república Lula lidera as pesquisas para o pleito de 2018 enquanto a direita busca achar um candidato para o enfrentamento, enquanto isto não surge, cresce Jair Bolsonaro, até então um “outsider”.

Em 2018 Lula é condenado em 2ª instância e é preso apesar de liderar as pesquisas com uma acusação de um apartamento tríplice do qual sua esposa tinha cotas mas que ele decidiu que não era adequado para a família. Uma visita ao apartamento com uma foto registrada e uma delação premiada o colocaram na cadeia.

Jair Bolsonaro continuou crescendo e Lula indica Fernando Hadaad como seu candidato. Além de Hadaad, Marina Silva, Ciro Gomes, Guilherme Boulos, Geraldo Alckmin, Henrique Meireles e outros sete disputam a eleição. Uma eleição marcada por Fake News, pelo terrível atentado à faca contra Jair Bolsonaro, por robôs de whatsapp e facebook e pela falta de debates. De forma polarizada o Brasil não discutiu projetos, planos e propostas. A eleição foi marcada pela mais radical disputa ideológica entre direita e esquerda onde as agressões e as mentiras deram o tom da disputa. A vitória foi de Jair Bolsonaro, mas o que venceu no Brasil foi a intolerância entre brasileiros, famílias, amigos...

Com a posse do novo Presidente o projeto de austeridade contra a classe trabalhadora se intensificou. O atual ministro da economia Paulo Guedes lança proposta de Reforma da Previdência ainda pior que a apresentada por Michel Temer. O modelo de capitalização que tem levado milhares de idosos ao suicídio e à miséria no Chile é a “bola da vez” do governo de Jair Bolsonaro. Os brasileiros que sonhavam em acabar com a corrupção, com a “velha política” e com o presidencialismo de coalizão hoje assistem a uma série de ações antipopulares e anti-sindicais como a inconstitucional MP 873 que tem como pano de fundo a total destruição dos sindicatos e da liberdade de organização dos trabalhadores.

Em 100 dias de governo nenhum projeto de educação foi apresentado, nenhuma medida para o combate ao desemprego e nenhuma política séria para combater a crise econômica do país foi implementada. A única aposta para “sair da crise” é vendendo tudo o que temos, privatizando e cobrando a conta do povo mais pobre. Aprofunda-se a entrega do pré-sal, a venda dos aeroportos e a concessão da base de Alcântara para o governo dos EUA. Nas palavras do ministro da economia “tem que vender tudo!”.

Na política internacional também temos acumulado prejuízos bilionários para os cofres da União. Na cópia das ações de Donald Trump, como instalar embaixada na cidade de Jerusalém, países Árabes como a Arábia Saudita, responsável por 12% das importações de frango interromperam a compra em 5 frigoríficos brasileiros causando além do déficit milionário no setor, mais desemprego. Com o discurso de anticomunismo resgatado dos tempos da Guerra Fria a China (comunista) passou comprar a soja norte americana; 20 bilhões de Reais que deixarão de entrar no Brasil.

O envolvimento do Partido Social Liberal (PSL) em denúncias de fraude eleitoral com a utilização de “laranjas”; depósitos ilegais envolvendo o motorista do Dep. Flávio Bolsonaro seguem sem respostas e sem investigação; o assassinato de Marielle Franco caminha sem uma solução definitiva, pois apesar da prisão dos executores, ainda é necessário saber quem mandou matar Marielle e qual o motivo.

Voltamos ao PIB de 2010 sem nenhuma expectativa de crescimento. Ao contrário, as perspectivas já apontam para crescimento zero ou próximo disso. O IBGE aponta o aumento do desemprego, chegando hoje a mais de 13 milhões de trabalhadores e para “resolver” o problema o IBGE é atacado, como se a culpa da febre fosse do termômetro. Sem um projeto sério de governo para a economia que comece por anular a Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos nas principais áreas como saúde, educação e segurança pública, dificilmente o Brasil terá perspectivas de recuperação da crise. Uma década perdida. Um povo dividido. Famílias separadas.

## 1.3 – Conjuntura Estadual

Em Santa Catarina, apesar da crise, há um crescimento forte da economia. 2019 começa como poucas vezes se viu na parte de arrecadação fiscal. O crescimento da economia foi de 12% em janeiro/19, de 18% em fevereiro/19 e de 8% em março/19; ou seja, um crescimento acima do normal para qualquer ano anteriormente analisado. Apesar disso o Governador Carlos Moisés afirmou que terá dificuldades em conseguir pagar a folha dos servidores a partir de junho/2019.

Um empréstimo feito no Governo Raimundo Colombo, com objetivo de implementar o Pacto por Santa Catarina, armou uma “bomba relógio” que está sendo detonada em 2019. Uma dívida de R\$ 11,5 bilhões criada em 2013 e que foi constituída em dólares começou a ser paga este ano.

A política de “Renúncias Fiscais” que o governo de Santa Catarina implementou gera uma perda de 25% da arrecadação possível. Mas a dúvida que fica é “quantos empregos são gerados por esta política e quanto é garantido de arrecadação em volume sobre preço?”



Além disto nos últimos anos o Estado de Santa Catarina aumentou consideravelmente o percentual de cobrança previdenciária dos seus trabalhadores, ou seja, incrementou a partir de dezembro de 2015 a arrecadação do IPREV de 11% para 14%. Ou seja, os trabalhadores tiveram uma perda remuneratória de 3%, que se concluiu em janeiro de 2018.

Na alça de mira ainda estão o direito da Licença-Prêmio, o adicional de tempo de serviço e a estabilidade no serviço público. Todas ações que já desde 2012 estão sob observação constante do Palácio do Governo.

## **2 – Mídia e comunicação**

Se é fato que o poder judiciário passou a ocupar um papel cada vez mais de destaque no acirramento político do país, é verdade também que a mídia sempre este pari passu com os interesses do capital nacional e internacional, ou seja, basicamente a grande mídia sempre funcionou mais como um negócio que gera lucro do que como um instrumento de democratização e livre expressão da sociedade.

No Brasil, há um monopólio da grande mídia que se formou historicamente nas benesses do poder político, com o intuito de proteger seus padrinhos, autores das generosas concessões, de forma combinada com a defesa dos grandes patrocinadores comerciais, hoje representados especialmente pelos bancos e empresas de bebidas e alimentos, além dos governos obviamente.

Portanto, a narrativa da grande mídia jamais pode ser considerada neutra, pelo contrário, sempre atua na defesa dos seus próprios interesses e daqueles que lhe financiam e geram lucro.

No entanto, com a chamada terceira revolução industrial, ou seja, o advento dos TIC's, abriu-se uma brecha na possibilidade da ampliação e democratização das informações através da internet, portanto, não haveria mais o controle das informações nas mãos da grande imprensa nacional.

Parece que essa perspectiva se tornou apenas uma das possibilidades, no entanto, a grande mídia passou a controlar imediatamente os principais provedores e canais de mídia eletrônica e passou a produzir informações que são pautadas nas redes sociais, reles reprodutoras das informações que continuam centralizadas no grande capital midiático do país.

Fora isso, de forma periférica, percebe-se um importante movimento de articulação de mídias alternativas e independentes, que enfrentam uma batalha de Sanção contra Golias e sistematicamente são massacrados pelo monopólio midiático, desde as rádios comunitárias até os portais independentes.

Diante dessa realidade resta-nos refletir sobre o papel dos sindicatos em geral e do Sinjusc em particular na relação com a grande mídia e com as mídias alternativas? Qual deve ser a prioridade de relação do sindicato? Como o Sinjusc poderia contribuir com um processo justo de democratização da comunicação em Santa Catarina e no Brasil?

## **3 – O poder judiciário**

O Judiciário não saiu da pauta política nos últimos anos, ao contrário. Ninguém consegue elencar na rua a seleção titular completa do Tite, mas consegue lembrar de todos os 11 (onze) Ministros do Supremo Tribunal Federal. Quando isso acontece é porque temos problemas muito maiores no judiciário do que pensamos.

O judiciário decidiu por judicializar a política. Com o apoio da mídia o poder judiciário gostou dos holofotes e nenhum Ministro queria ter jornalistas questionando suas decisões. A opinião pública (ou melhor, publicada) passou a ter importância enorme para os Ministros que deveriam ser guardiões da Constituição. Uma situação preocupante para uma jovem (re)democracia como a nossa.

Santa Catarina aumentou o número de Desembargadores de 40 para quase 100 nos últimos dez anos. O número de funcionários efetivos não aumentou na mesma proporção, mas hoje somos em menor número do que trabalhadores comissionados, terceirizados ou precarizados.

A produção dos trabalhadores do judiciário catarinense é a melhor do Brasil segundo o próprio CNJ – Justiça em Números. Apesar do salário ser um dos menores da república o desempenho dos trabalhadores do judiciário catarinense é de encher os olhos de quem administra o judiciário, entretanto a contrapartida não é na mesma proporção.

Dois Planos de Cargos e Salários já foram construídos e apresentados após o ajuste conquistado em dezembro de 2005. Em 2010 o então Presidente do Tribunal de Justiça acordou a realização de um estudo para implementação de um novo Plano de Cargos e Salários. Apesar do esforço da direção sindical e dos acordos realizados com a administração, que teve aprovado o projeto no Tribunal Pleno, a medida não foi implementada por “falta de verbas” apesar do plano explicitar que seria implementado conforme condições financeiras.

Em 2014 o NPCS foi aprovado pela categoria. Em 2015 a maior greve dos últimos anos no judiciário (45 dias) colocou frente à frente a administração do Tribunal de Justiça e os Trabalhadores. A força opressora foi maior que a organização dos trabalhadores e novamente o projeto “travou”.

Em 2019 o SINJUSC representa um formato para sua implementação. São 3.234 (três mil, duzentos e trinta e quatro dias), ou 462 (quatrocentos e sessenta e duas) semanas, ou 106 (cento e seis) meses e praticamente 9 (nove) anos de luta pela implementação de um plano que já foi acordado como justo pelas administrações do Tribunal de Justiça Catarinense. O que falta?

A magistratura obteve um aumento de 16,5% em janeiro de 2019. Conquistou mais 2 assessores para cada magistrado conforme Lei de 2018. Teve ganhos com venda de férias e licença-prêmio muito antes de qualquer trabalhador efetivo dos quadros públicos. Além disto a retroação do auxílio-alimentação e os ganhos bilionários da PAE (Parcela Autônoma de Equivalência), mais a compactação de entrâncias (permitindo avanços na carreira mais rápido), a diminuição da diferença entre entrâncias (aumentando os subsídios de todos “respeitando” apenas o teto), a constituição de benefícios financeiros para cooperação, entre outros (como o auxílio-moradia), não deixaram de premiar a magistratura apesar do dito “congelamento do teto salarial” em mais de 33 salários mínimos.

Este judiciário que diz ser importante por ter um grande volume de processos para julgar quer reduzir ou ampliar este número? Ações em instâncias superiores ganham novos números para contarem como novos “processos”?

Um judiciário que serve mais aos bancos, grandes empresas, grandes políticos, industriais é um judiciário do “povo brasileiro”? Enquanto empresas de telefonia, de seguros de saúde e bancos forem os grandes utilizadores do judiciário percebemos o quanto ainda falta para avançarmos na justiça brasileira. Uma justiça que parece e se torna parcial. Uma justiça que serve alguém, alguns, poucos, ricos e endinheirados.

Neste bloco final desta tese queremos apresentar uma síntese do trabalho da atual direção do Sinjusc, tanto para levar ao conhecimento público de forma sistematizada aquilo que todos acompanham e vivenciam de forma fragmentada, mas também para colocar sob avaliação da categoria essa atuação sindical, tanto do ponto de vistas das lutas quanto da prestação de contas, afim de concluir com propostas de ações prioritárias para o próximo período.

#### 4 – A luta dos trabalhadores

Nossa principal luta neste momento é pela defesa da Previdência Pública dos Trabalhadores. Olhar ao redor e perceber todo o desmonte que vem ocorrendo é necessário, mas nossa luta mais importante neste momento histórico é o de defender o futuro das gerações que trabalharão e trabalharão neste país. Uma reforma é necessária, mas ela precisa ser dialogada com os trabalhadores de forma clara, digna e respeitando nossa história.

Importante afirmar que a Previdência não é deficitária como tentam propalar. A CPI da Previdência ocorrida em 2017 afirmou que *"tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social"*. Ou seja, a Previdência Social brasileira é superavitária.

Tanto é superavitária a Previdência Social que a DRU (Desvinculação das Receitas da União) permite que o governo aplique 30% dos recursos destinados a áreas como educação, saúde e **previdência social** em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. Ou seja, se algo é deficitário como poderá ser retirado dele 30% de sua destinação orçamentária para gerar superávit primário a fim de pagar juros de dívidas aos banqueiros?

Além disto com a implementação de fundos privados para gerir a previdência o governo passaria os valores arrecadados dos trabalhadores para bancos realizarem suas "aplicações financeiras" a fim de gerir esses fundos, ou seja, abre mão de receita e a entrega para banqueiros fazerem a "farra" com o dinheiro do trabalhador, e se por acaso esses bancos falirem quem será o responsável pela manutenção dos direitos de quem já trabalhou?

Fácil perceber que esta "Reforma" da previdência fará com que os trabalhadores percam direitos e dinheiro, trabalhem mais, vivam menos, paguem mais pela aposentadoria e não tenham garantidos os seus direitos no momento futuro, hora em que são mais fragilizados.

Em 2017 implementou-se a Reforma Trabalhista com o Governo Michel Temer. Mais um atentado ao trabalhador que a partir de novembro de 2017 perdeu mais direitos. É permitido agora férias fracionadas em até três períodos; jornada de trabalho de até 12 horas diárias; não é considerada jornada de trabalho alimentação, troca de uniforme, higiene (ir ao banheiro); as gratificações não fazem mais parte do salário; o transporte até o local de trabalho não é mais considerado como trabalho em locais sem transporte público; mulheres grávidas podem trabalhar em locais insalubres, entre tantos outros direitos que foram perdidos.

A partir de janeiro de 2019 já não temos mais a existência de um Ministério do Trabalho. A extinção deste ministério precarizou ainda mais as políticas de geração de emprego e renda, prejudicou o acesso a serviços e benefícios (como o registro profissional, o seguro-desemprego, abono salarial e a emissão de carteira de trabalho), sem ele não temos como mediar a relação entre empregadores nacionais e trabalhadores estrangeiros, lançou no Ministério da Economia o direito de presidir o conselho do FGTS e de gerir o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o ministério era responsável por fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas e que agora não possuem efetivamente mais qualquer possibilidade ou autonomia para acabar com a "escravidão". Esses são os "benefícios" trazidos com o fim do MTE.

A Reforma Trabalhista, que traria empregos para os brasileiros a partir de 2018, com seu início implementado ao final de 2017, foi um engodo. O Brasil tem seu maior contingente de desempregados chegando ao percentual de 13%, ou seja, 13 milhões de desempregados, fora os desalentados.

Além disto voltamos ao PIB de 2010, ou seja, regredimos praticamente 10 (dez) anos a partir de 2016. O Brasil encolheu e com isso o povo brasileiro ficou mais pobre. Da mesma forma como a Reforma Trabalhista afirmava que traria trabalho, riqueza e desenvolvimento para o Brasil, a Reforma Previdenciária também afirma a mesma mentira. Afinal como a Reforma da Previdência pode gerar mais empregos? Como pode gerar mais riqueza? A Reforma Trabalhista que atua diretamente na relação de trabalho não fez isto e não será a Reforma da Previdência, que retirará mais direitos que o fará.

Uma reforma séria da previdência tem que passar por uma pesada taxa de grandes fortunas e pela cobrança da dívida das grandes empresas sonadoras com a Previdência Social que hoje chegam a mais de 450 bilhões de Reais. É preciso o fim do uso do dinheiro da Previdência para pagar juros da dívida pública. São os banqueiros e os grandes empresários sonadores os privilegiados que usam e abusam da previdência social e não os trabalhadores e os mais pobres como afirma o Ministro Paulo Guedes. É a Economia que precisa salvar a Previdência e não o contrário.

#### 5. Saúde do trabalhador(a)

Dentre dois temas mais relevantes da atuação futura do Sinjusc, sem menosprezar qualquer um dos demais, entendemos que deve ser a saúde do trabalhador(a) e do tema de mulheres.

Sobre a saúde do trabalhador(a) devemos resgatar o trabalho feito no mandato do Sinjusc 2009 que realizou um diagnóstico pioneiro da saúde dos trabalhadores do judiciário catarinense e conseguimos colocar na pauta nacional da FENAJUD.

Sabe-se que os problemas de saúde no trabalho do setor judiciário têm duas causas estruturais, de um lado, o estresse oriundo da pressão gerada pelas mudanças constantes nos padrões de produção, que em casos extremos se caracterizam como assédio moral, e, por outro lado, as doenças resultantes do esforço repetitivo e excesso de trabalho.

#### 5.1 SAÚDE MENTAL

A saúde mental dos trabalhadores vem sendo cada vez mais discutida pelo Sinjusc. As duas campanhas mais recentes foram o Setembro Amarelo em 2018 no combate e a prevenção do suicídio e a Violência Moral no Trabalho, esta última ainda em vigor. Não há forma de separar a saúde mental da saúde física, pois toda forma de sofrimento é sentida de maneira psicológica, seja uma dor de cabeça ou uma depressão. Muitas doenças "do corpo" são provocadas pelo desgaste mental que o trabalho nos impõe.

Em busca da "excelência do trabalho" e da "qualidade total", a **gestão por metas** se tornou uma das principais responsáveis pelo adoecimento mental de trabalhadores. Para que se possam garantir jornadas extenuantes de trabalho para o cumprimento de metas, se usa de um mecanismo bastante sofisticado na coerção de trabalhadores, o assédio moral. Apesar de geralmente a prática assediadora recair sobre chefes e demais superiores, o assédio moral faz parte de um conjunto de diretrizes de organização do trabalho coletivo, ou seja, é exercida também por meio da "pressão institucional".

O gerenciamento por metas envolve ao menos quatro indicadores: produção, adoecimento mental, assiduidade, parâmetros de qualidade e redução de custos. O que se propaga com esta lógica é a individualização do trabalhador, a competitividade e a vigilância entre colegas de trabalho. Quebra desta forma, todo um "tecido de solidariedade" que poderia (e deveria) haver entre os servidores. Resultado: adoecimento mental.

No Brasil, em 2017 o Ministério da Saúde classificou os transtornos mentais como o 3º maior motivo de afastamentos do trabalho, sendo a depressão a principal causa de pagamento de auxílio doença não ligada a acidentes de trabalho. Embora a gestão por metas possa trazer no curto prazo o aumento da promoção de um serviço público, ela traz no médio e longo período, além do adoecimento dos trabalhadores, uma baixa na qualidade do atendimento prestado à sociedade, qualidade esta que se torna impossível com servidores extenuados e adoecidos. É perverso que se tenha apenas a "excelência" e a redução de custos como parâmetros

organizativos, sendo o trabalho humano tratado como uma máquina que quando estraga manda para a oficina ou substitui por outra. Nessa conta é preciso organizar o trabalho equacionando além de produção, qualidade e custos, **a saúde do trabalhador**. Entendemos que tanto a campanha contra a violência moral no trabalho como demais questões relacionadas à saúde mental devam ser permanentes em nosso dia a dia da luta sindical em busca de um ambiente de trabalho que proporcione bem estar, solidariedade e espírito de cooperação entre nós trabalhadores(as). Essa luta passa também pela exigência de condições dignas de trabalho, contra a precarização deliberada das ferramentas necessárias para desenvolver as tarefas, o combate a todas as formas de preconceitos, pela exigência de concurso público para que trabalhadores não sejam sobrecarregados e pela criação de espaços de escuta. Lutar por um ambiente saudável de trabalho deve ser pauta permanente do nosso sindicato.

## **6– Prestando Contas (Gestão 2016/2019)**

Mais do que criticar gestões anteriores e culpar quem nos antecedeu é importante analisarmos fatos e mostrar o que foi possível fazer nestes quase dois anos e meio de gestão. Gestões passam e o importante é o que fica aos trabalhadores filiados ao sindicato. Mais do que obras ou conquistas o importante, mais que tudo é nossa unidade, nossa força reside exatamente em nossa capacidade de organização e de luta.

**6.1 – Recomposição da data-base em dia** – Uma das maiores conquistas dos trabalhadores do judiciário foi a conquista da data-base em 2005. A Lei que nos garantiu o direito de ter uma data para negociar com o Tribunal de Justiça sobre a recomposição salarial e ganho real era tida como certa, até que o Tribunal de Justiça “forçou a mão” e negou este direito em 2016. Hoje, ter a data-base em dia não deve ser desmerecida, tampouco elogiada, mas deve ser entendida como correlação de forças a fim de garantir nossa estabilidade financeira e de vida.

**6.2 – Negociação da Greve de 2015** – Uma greve que se encerrou sem acordo e que prejudicava exclusivamente os trabalhadores. A gestão 2016/2019 teve o compromisso de negociar com a administração a fim de diminuir a quantidade de horas que deveriam ser compensadas e conquistamos a redução em 50% de todas as horas úteis, ou seja, 66% do total dos dias de paralisação, sem abrir mão das ações judiciais em curso, beneficiando milhares de trabalhadores e suas famílias.

**6.3 – Venda de Férias e Licença-Prêmio** – A possibilidade da venda de férias e licença-prêmio foi uma conquista para os trabalhadores. Um direito que já era garantido aos magistrados foi sancionado pelo Governador no final de 2017. Uma luta que necessitou ações como encerrar o processo que a antiga gestão protocolou contra os magistrados no CNJ e que emperrava a nossa conquista em favor dos trabalhadores. Uma conquista feita aos “45 do segundo tempo” na ALESC enquanto os que se diziam pais do projeto jogavam a toalha sem sequer estar na Assembleia. Uma vitória para todos com a luta dos persistentes.

**6.4 – Promoções em dia – Julho de 2018** – pagamento das promoções atrasadas desde o 2º semestre de 2017 (**2017/2**). **Dezembro de 2017** – pagamento das promoções atrasadas desde o 1º semestre de 2017 (**2017/1**). **Outubro de 2017** – pagamento das promoções atrasadas desde o 2º semestre de 2016 (**2016/2**). **Junho de 2017** – pagamento das promoções atrasadas desde o 1º semestre de 2016 (**2016/1**). **Março de 2017** – pagamento das promoções atrasadas desde 2015 (**2015/1 e 2015/2**).

**6.5 – Reajuste do auxílio-saúde** – Os valores do auxílio foram reajustados em 25,28% na folha do mês de Março de 2018. O período de 2019 está sendo negociado com a Presidência do Tribunal de Justiça nesta data-base.

**6.6 – Luta contra a terceirização de Assistentes Sociais e Psicólogos e à favor do concurso público** – O PLC 14, que tratava na verdade do Fundo de Amparo à Justiça, valores coordenados pela Defensoria Pública, foi construído com um “contrabando”, ou seja, a inclusão do processo de terceirização de Assistentes Sociais e Psicólogos do judiciário. Uma luta do SINJUSC, do Conselho Regional de Assistentes Sociais e do Conselho Regional de Psicologia, da Associação de Assistentes Sociais de Santa Catarina e da Associação de Psicólogos do Poder Judiciário Catarinense além do Sindicato dos Psicólogos foi decisivo na luta além do apoio dos Deputados Dirceu Dresch e de Luciani Carminati que atuaram conjuntamente em favor dos trabalhadores possibilitou arquivar o projeto.

**6.7 – Criação da Conferência dos Delegados Sindicais** – A Conferência dos Delegados Sindicais, em anos não Congressuais, possibilitou a existência de um espaço democrático e de uma organicidade maior entre os trabalhadores. A Conferência é o local onde o delegado de cada comarca e dos setores do Tribunal de Justiça podem dialogar e definir quais são as pautas da categoria além de ser um processo de formação dos(as) trabalhadores(as).

**6.8 – Reunião em todas as comarcas do Estado** – Conforme compromisso de campanha a atual Diretoria visitou todas as comarcas de Santa Catarina em todos os anos e não apenas no ano eleitoral. Este compromisso buscou reconhecer a importância de colocar o sindicato ligado à base, escutar a categoria e valorizar o interior do estado. Mais do que ir falar é importante o sindicato escutar o que diz a categoria.

**6.9 – Campanha contra o Violência (Assédio) Moral** – Série de palestras, encontros e conversas com os trabalhadores prevenindo a Violência (Assédio) Moral. Assim como a construção de cartilhas a fim de enfrentar esse problema (vertical e horizontal) de forma conjunta e organizada.

**6.10 – Encontro de Mulheres do Judiciário** – Realizado em todos os anos desde 2017 o encontro busca dialogar sobre igualdade de gêneros, na luta por justiça social, apontar questões ligadas às violências contra as mulheres e seu silenciamento por parte da sociedade. Promover o encontro é enfrentar a desigualdade e promover a igualdade de gêneros.

**6.11 – Revista Valente** – Chegando à 3ª Edição a Revista Valente é o espaço do diálogo sobre gênero dentro de nossa categoria e para além dela. Trabalhadoras do judiciário, Advogadas, Mulheres ligadas à Academia, Juízas entre outras mulheres fazem artigos e trabalhos para a Revista tornando plural sua formatação.

**6.12 – Campanha de Valorização da Vida e Contra o Suicídio** – Valorizar a vida é fundamental nestes períodos sombrios. Neste sentido o SINJUSC atuou contra o suicídio e realizou palestras/encontros nas cidades que sofreram com o suicídio nos últimos anos. Valorizar a vida é dar direito à voz e vez para quem sofre com isto na sua cidade, sua comarca, sua família, sua vida.

**6.13 – Possibilidade do Fracionamento do Plantão no Final de Ano** – A autorização deste fracionamento possibilitou que vários colegas pudessem usufruir melhor do saldo de plantão judicial.

**6.14 – Participação na Direção da FENAJUD** – O retorno (apesar de nunca termos nos afastado) à FENAJUD foi consagrado com nossa participação na nova Diretoria Eleita Democraticamente em Curitiba no final de 2017. Membro da Diretoria da FENAJUD o colega Guilherme Peres Fiuza ocupa o cargo de Diretor de Saúde e Previdência na Federação com direito à voto além do Presidente no Encontro de Representantes.

**6.15 – Participação e Realização da Pesquisa de Saúde dos Trabalhadores do Judiciário no Brasil em conjunto com a FENAJUD** – Em conjunto com a FENAJUD e a FENAJUFE o SINJUSC junto com toda a categoria realizou entre setembro e outubro de 2018 da pesquisa de Saúde dos Trabalhadores do Judiciário Nacional a fim de constituir um banco de dados para continuar a pesquisa na área da saúde dos trabalhadores do judiciário no Brasil.

**6.16 – Participação na Direção da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)** – Com a Diretora Valfrida Oliveira na Secretaria de Mulheres da CTB de Santa Catarina e com o colega Glauco César Wolff na Secretaria Geral voltamos a fazer parte da Direção de uma das maiores Centrais Sindicais do Brasil, que defende os trabalhadores e a categoria.

**6.17 – Luta contra a Reforma da Previdência de Michel Temer** – Atuando em Brasília contra a Reforma da Previdência promovida por Michel Temer os trabalhadores do judiciário catarinense foram corajosos. Enfrentaram juntamente com todas as Centrais Sindicais, as Federações, as Confederações e demais Sindicatos do Brasil gás lacrimogêneo e balas de borracha para defender o direito à aposentadoria. Ato histórico já realizado pelo SINJUSC contra governos que apresentaram PECs no mesmo sentido, seja no Governo FHC, Lula, Dilma, Michel Temer e mesmo no atual governo Bolsonaro.

**6.18 – Luta em favor do concurso público** – Apesar de toda a luta em favor do concurso público o Tribunal de Justiça conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa a criação de uma só vez de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) cargos comissionados. Com isto o Tribunal aumentou em quase 50% o número de comissionados no judiciário. Enquanto isto há mais de 500 (quinhentas) vagas de efetivos em aberto.

**6.19 – Realização do Congresso “O Futuro do Judiciário”** – Encontro realizado dentro das dependências do Tribunal de Justiça (Auditório do Tribunal Pleno), para discutir a temática do novo judiciário, com a Inteligência Artificial fazendo parte da vida dos trabalhadores.

**6.20 – Realização de todos os Encontro da Experiência** – Mais que aposentados o encontro promover a experiência de quem já dedicou sua vida ao trabalho e ao judiciário. O Encontro foi realizado em todos os anos desta gestão sindical, sem falhar em nenhum e buscou formar e confraternizar os trabalhadores mais experientes do judiciário catarinense. Mesmo sem imposto sindical em 2018 e 2019 os encontros estão sendo realizados.

**6.21 – Criação do Centro de Cultura, Memória e Vivência João de Oliveira** – O SINJUSC criou em 2017 o Centro de Cultura, Memória e Vivência João de Oliveira, espaço onde são realizadas exposições, encontros, aulas e que guarda todo o material histórico das lutas do sindicato. O Centro já promoveu uma série de exposições como “O Jogo do Golpe”, “O Abril Verde”, obras da revista “Valente”, entre outros.

**6.22 – Criação da Biblioteca Ivete Terezinha Volkmer** – Local para a guarda, estudo, empréstimo e cuidado com os livros do SINJUSC que busca trazer para o trabalhador do judiciário uma série de publicações relacionados a sua realidade e a realidade dos trabalhadores do Brasil.

**6.23 – Criação do Estúdio de Gravação do SINJUSC** – Espaço específico, com abafamento de som, estrutura de iluminação adequada, tela crome para uso gráfico, além de câmeras de filmagem e tripé para gravação dentro do próprio SINJUSC.

**6.24 – Criação de Arquivo Documental do SINJUSC** – No térreo do sindicato foi organizado todo o arquivo documental existente no sindicato. Além de documentos contábeis lá estão arquivados documentos históricos, administrativos, de pesquisas e demais informações que garantem a manutenção da história de nosso sindicato, com suas lutas e conquistas.

**6.25 – Criação do Vestiário e Bicicletário** – O sindicato criou também na estrutura térrea do Edifício Escola um bicicletário para trabalhadores, diretores e filiados ao sindicato para guardarem suas bicicletas além de espaço adequado para banho e higiene na instituição que carecia do espaço.

**6.26 – Criação do Espaço de Confraternização e Convívio** – Apesar da falta do imposto sindical foi realizado aos fundos do sindicato a criação do Espaço de Confraternização e Convívio dos Trabalhadores, espaço que antes havia virado um depósito de lixo tornou-se um espaço vivo, com cobertura de toldo, churrasqueira, freezer, fogão industrial que pode ser usado por todo o filiado e que serve como espaço para alimentação nas reuniões de diretoria.

**6.27 – Denúncia para interdição do edifício do Fórum de São José** – O trabalho da direção do SINJUSC, buscando garantir a integridade física dos trabalhadores do Fórum de São José conforme denúncia feita pelos mesmos, buscou garantir o bem estar físico de todos os trabalhadores e fazendo com que o Tribunal de Justiça escutasse a Diretoria de Engenharia e Arquitetura e da Diretoria de Saúde sobre a segurança dos trabalhadores e população que usam da estrutura do judiciário.

**6.28 – Eleição do maior número de Delegados(as) Sindicais numa gestão** – Foram eleitos(as) 191 (cento e noventa e um) delegados(as) sindicais em 2017. Nunca foram eleitos tantos delegados para uma gestão sindical e isto demonstra o quão importante é termos o sindicato na base, dialogando e conversando com os trabalhadores.

**6.29 – Campanha Agosto Lilás** – O SINJUSC criou uma série de instrumentos para denunciar a violência contra a mulher no Agosto Lilás. Filmes, Informes, Notícias, Cartazes para afirmar que é necessário combater a violência contra a mulher foram produzidos e entregues em todas as comarcas e divulgados nos meios de comunicação do sindicato.

**6.30 – Auditoria externa na própria gestão** – A atual direção não esperou para se auditar. Contratou profissional que auxiliou a antiga gestão na organização documental e contábil e solicitou a realização de auditoria nas próprias contas. O resultado é que ajustes são sempre necessários a fim de avançar e é isto que estamos promovendo, com transparência, respeito às pessoas e principalmente à instituição e ao(a) filiado(a).

**6.31 – Campanha visual com cartazes** – SINJUSC inovou na comunicação e produziu uma série de cartazes nestes três anos. A comunicação visual foi feita com cartazes sobre a data-base 2017 (11 modelos), mapa da trabalhadores a menor/Resolução 219 CNJ; cartazes convidado para os Jogos do Judiciário, Agosto Lilás, Assédio Moral (4 modelos), entre outros.

**6.32 – Identidade visual nova na frente da sede com Placas Luminosas** – Muitas pessoas tinham dificuldade em encontrar o edifício do SINJUSC, situado na Avenida Mauro Ramos 448, no centro de Florianópolis pois é uma via de trânsito rápido e a única comunicação visual era uma placa que ficava de frente para a rua. Foram instaladas duas placas de comunicação com iluminação, sendo que uma, agora, é voltada para os transeuntes, facilitando a identificação do local.

**6.33 – Comunicação com a sociedade por meio de outdoor** – O Sindicato também colocou na frente da sede, junto à entrada do edifício, um banner de 2mX4m, a fim de se comunicar com a sociedade, exibindo informações como contra a reforma da previdência.

**6.34 – Realização dos Jogos do Judiciário** – Em Balneário Camboriú no ano de 2017, na cidade de Palhoça no ano de 2018 e na cidade de Blumenau, agendada para o mês de novembro de 2019 e já com a cidade de São Miguel do Oeste organizando o evento para o ano de 2020.

## **7 – Formar o Trabalhador. Fazer Escola e ser um Centro de Formação.**

Sindicato é escola, é bom afirmar. Sindicato deve fazer formação dos seus filiados e não promover cursos para que o trabalhador “trabalhe mais”, afinal, essa função não é nossa mas do nosso empregador. Fazer Escola é discutir política de valorização, política salarial, política de respeito ao trabalhador é dialogar e juntos encontrarmos soluções para o nosso futuro.

Neste sentido o SINJUSC nos últimos três anos manteve e reativou o seu processo de formação no sindicato, seja através de encontros, conferência, congressos, palestras, etc. Também não buscou apenas formar os trabalhadores na base, mas também dirigentes sindicais qualificados e comprometidos com a causa dos trabalhadores.

Assim, em 2017 na Conferência dos Delegados Sindicais chamou nada menos do **José Álvaro Cardoso**, do DIEESE/SC, **Márcio Pochman**, Economista, Professor e ex-presidente do IPEA e **Rafaela Mund** para construir uma formação junto aos trabalhadores do judiciário. No mesmo ano no Congresso “O Futuro do Judiciário” trouxe nada menos que **José Siqueira Neto**, **José Dari Krein**, **Alysson Mascaro** e **Nelson Passagem** para dialogar com os trabalhadores.

Ainda em 2017 com a criação do Centro de Estudos, Pesquisa e Memória dos Trabalhadores do Judiciário, em sua inauguração trouxe o professor e pesquisador **Sandro da Silva Livramento Machado**. No lançamento da primeira da Revista Valente a professora e pesquisadora **Clair Castilhos** e para formação interna o Jornalista **Altamiro Borges** além do Sociólogo **Eron Keoma Nascimento**.

Em 2017 no Primeiro Encontro das Mulheres do Judiciário palestraram: **Daiana Gorete Alves dos Santos**, **Nanci Stank da Luz** e **Beth Penteado**. No segundo encontro, já em 2018, participaram **Mônica Francisco** e **Grazielly Alessandra Baggentos** e **Myriam Aldana Vargas Sá**.

Em 2018 no Encontro da Experiência participaram **Ana Cristina Barrichello**, **Zhélide Quevedo** e **Eduardo Meneghelli Junior**.

Também auxiliaram na formação da Diretoria do SINJUSC e do SINTAEMA, já no ano de 2019 o Assessor de Comunicação **Gastão Cassel**. No processo de planejamento **José Roberto Paludo** além do analista do DIAP **Marcos Verlaine**.

Em 2018, nova formação foi agregada ao **fazendo escola** constituindo um conselho científico para ajudar e propor encaminhamentos para o desenvolvimento das ações para a classe trabalhadora, no judiciário. Integram o conselho o jurista Matheus Felipe Castro, Livre docente e intelectual Rossano Lopes Bastos, Médico do trabalho Roberto Ruiz, os sindicalistas Claudio del Prá Netto, entre outros. Logo após a posse do conselho várias iniciativas foram levadas a efeito com debates como o ATUALIZANDO A REALIDADE BRASILEIRA: A CRISE QUE NÃO É SÓ ECONOMICA E SEUS IMPACTOS NO BRASIL e NO MUNDO do TRABALHO.

## **8 – Jurídico**

**URV** – Diante do erro de julgamento reconhecido pelo TJSC, quando da apreciação dos embargos declaratórios ao adequar o acórdão ao entendimento do STF, será avaliada a propositura de uma ação rescisória.

**PROMOÇÃO POR APERFEIÇOAMENTO** – O SINJUSC impetrou mandado de segurança coletivo contra a aplicação retroativa da Resolução nº 44/2013-GP, alterada pela Resolução nº 22/2014-GP, sobre os pedidos de progressão formalizados até a data da edição da primeira. A ordem foi concedida para o efeito de afastar a exigência de autorização e credenciamento dos cursos de aperfeiçoamento, sem natureza de graduação ou pós-graduação, no tocante aos pedidos de promoção formalizados anteriormente à vigência da Resolução nº 44/2013-GP. O SINJUSC protocolou requerimento administrativo perante o TJSC para obter informações sobre cumprimento integral do “mandamus”, de maneira a assegurar o efetivo pagamento das diferenças decorrentes da ordem concedida à sua categoria. A partir desses dados, o Sindicato deverá agir em favor dos seus servidores, inclusive propondo pedido de cumprimento coletivo, ou mesmo individual, da sentença.

**RISCO DE VIDA – OFICIAIS DE JUSTIÇA** - O SINJUSC está ajuizando ações individuais para garantir o pagamento dos valores reconhecidos administrativamente em 2013 a título de gratificação de risco de vida, suspenso por ato do Presidente do TJSC em agosto de 2015 sob o argumento da necessidade de se observar o regime de precatórios. O servidor que ainda tem valor a receber a título de gratificação de risco de vida, reconhecido na esfera administrativa, pode pleitear o remanescente que deixou de ser pago, por força da suspensão, com correção monetária e juros de mora.

**AUXÍLIO SAÚDE** – O SINJUSC impetrou mandado de segurança coletivo buscando afastar a compensação da contribuição mensal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina sobre a parcela do auxílio saúde devida ao servidor que tenha aderido ao Santa Catarina Saúde. O “mandamus” foi concedido por haver clara violação a direito líquido e certo, na medida em que a obrigação pecuniária a cargo do ente estatal não pode ser transferida ao servidor. O SINJUSC já está promovendo o cumprimento de sentença para os servidores que fazem jus ao pagamento dessa diferença.

**AUXÍLIO CRECHE** – Em ação promovida pelo SINJUSC, foi garantida à categoria a devolução do valor descontado de imposto de renda calculado indevidamente sobre o benefício do auxílio creche. Isso porque o auxílio creche é considerado uma verba indenizatória, logo, não deve sofrer incidência de imposto de renda. O Sindicato já está promovendo o cumprimento da sentença para os servidores que receberam o auxílio creche no período de junho de 2006 a janeiro de 2012.

**RISCO DE VIDA DE ASSISTENTES SOCIAIS E OFICIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE** – O SINJUSC garantiu aos oficiais de infância e juventude, comissários da infância e juventude e assistentes sociais vinculados ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina o pagamento da gratificação de risco de vida. Em mandado de segurança impetrado pela entidade sindical, restou reconhecida a ilegalidade da omissão do TJSC na implementação da vantagem, passados mais de anos do reconhecimento administrativo do direito, sob a alegação de ausência de disponibilidade financeira. O TJSC ordenou, no último dia 1º de abril, o cálculo e a disponibilidade financeira para começar a pagar na folha a gratificação de risco de vida, inclusive os atrasados que remontam a setembro de 2015.

**DESVIO DE FUNÇÃO** – O SINJUSC está promovendo ações individuais para os servidores que exerceram ou ainda exercem funções diversas das típicas do seu cargo efetivo sem a devida contraprestação. A prática ilegal do desvio de função se configura quando o TJSC locupleta-se ao tomar do seu servidor um serviço mais qualificado e o remunera de forma insuficiente e injusta. Trata-se de uma ação judicial cujas provas documental e testemunhal são essenciais para firmar a ocorrência do desvio de função e o seu respectivo tempo, podendo ser buscado períodos a partir de julho de 2003, em vista de um requerimento administrativo protocolado pelo SINJUSC onde postulou a correção da situação de desvio de função dos servidores da Justiça Estadual de Santa Catarina. A medida judicial a ser proposta para os interessados, cumpre salientar, encontra amparo sumular no Superior Tribunal de Justiça, na medida em que, reconhecido o desvio de função, faz jus o servidor às diferenças salariais decorrentes.

**VPNI** – A ADI foi proposta pelo Estado de Santa Catarina contra Lei Estadual de 2010 que concedeu a incorporação anual de dez por cento da função gratificada, a partir do sexto ano, até o total de cem por cento, cujo pagamento se daria por meio de VPNI. Em decisão cautelar, o Ministro Alexandre de Moraes determinou que não apenas os efeitos financeiros, mas também o cômputo do tempo de exercício em função gratificada fosse iniciado apenas a partir da promulgação da Lei Estadual, o que gerou prejuízo a vários servidores que há muitos anos já vem exercendo funções gratificadas. O Sindicato vem visitando os ministros do STF para expor o caso e apresentar memoriais, a fim de influenciar favoravelmente no julgamento, que está marcado para o próximo dia 8 de maio, oportunidade em que o SINJUSC, em conjunto com outras entidades sindicais, estará presente.

**DEVOLUÇÃO DE VALORES** - O Tribunal de Justiça de Santa Catarina vem notificando servidores sobre supostos pagamentos realizados indevidamente e efetuando desconto em folha dos valores recebidos. A natureza dessa cobrança varia e em alguns casos, inclusive, a apuração das parcelas a serem restituídas foi feita sem o devido processo legal, sem sequer oportunizar ao servidor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo que gerou a suposta dívida. O SINJUSC entende que essa cobrança é ilegal e está ajuizando ações individuais para os servidores que se sentem lesados por essa prática abusiva. Isso porque é reconhecida pela jurisprudência a impossibilidade de devolução dos valores alcançados aos servidores de boa-fé, além da inegável natureza alimentar das parcelas recebidas. Em alguns casos, até mesmo o próprio ato de corte da rubrica pode vir a ser questionado judicialmente, mas na grande maioria, o Tribunal é condenado a sustar a cobrança e a ressarcir os valores já descontados do servidor com a devida atualização monetária.

## 9 - Eixos de Lutas.

- Instituir o novo plano de cargos e salários que permita a adequação salarial, respeitando a ampliação temporal na carreira, a qualificação profissional sendo valorizada e resguardando e respeitando o tempo de serviço no judiciário.
- Lutar pela aprovação da PEC 59 e pela construção de um Estatuto Único que represente avanços para os trabalhadores do judiciário nacional.
- Defender a Previdência Pública e lutar contra a Reforma da Previdência, principalmente quanto ao regime de capitalização, a redução de direitos, o aumento da idade de aposentadoria.
- Cobrar que o Estado Brasileiro cobre dos devedores da Previdência o valor que devem a fim de reconstituir o caixa em favor de mais condições e qualidade de vida de quem carece dos serviços previdenciários.
- Lutar contra a Emenda Constitucional 95 de 2016 (PEC do Teto dos gastos).
- Defender o Sistema Único de Saúde como sistema nacional e prioritário da população brasileira e atuar para melhorar o SCSaúde como plano dos servidores públicos de Santa Catarina.
- Manter e ampliar a luta conjunta com as demais entidades em temas que guardem relação com bandeiras defendidas pela categoria e já existentes em nosso estatuto.
- Seguir priorizando a atuação negociada e propositiva, construindo caminhos sempre em conjunto com a categoria e respeitando os fóruns deliberativos da entidade.
- Seguir integrando as discussões nacionais no caminho da redução e padronização da jornada de trabalho no judiciário e na classe trabalhadora.
- Continuar promovendo debates e ações na categoria que visem a dar visibilidade para a questão de gênero, às demandas específicas da mulher frente ao trabalho uma vez que 70% da força de trabalho do judiciário é composta por mulheres e são elas que comprovadamente mais adoecem em virtude do trabalho.
- Dar vez e voz ao Coletivo Feminista das Trabalhadoras do Judiciário, continuando de forma permanente o Encontro das Mulheres do Judiciário bem como da Revista Valente, espaço de comunicação das mulheres do judiciário catarinense.
- Atuar firmemente contrapondo-se em todas as instâncias à condutas antidemocráticas que causem qualquer tipo de dano ao trabalhador no cotidiano das comarcas.
- Agir continuamente contra a Violência Moral que existe dentro de cada cartório e em cada fórum entendendo que esta postura não é simplesmente uma questão local, mas um fenômeno institucional no judiciário brasileiro.
- Lutar pela democratização da comunicação, estimulando a utilização de novas tecnologias sem abandonar formatos já consagrados a fim de atender todas as demandas na forma de comunicar.
- Defender a unidade sindical.
- Aprofundar o processo de formação dos trabalhadores do judiciário e da classe trabalhadora e promover a cultura, a saúde e o esporte como ferramenta de formação crítica.

---

Assinam:

Cláudio Del Prá Netto

Guilherme Perez Fiuza

Hélio Lentz Puerta Neto

Walmor Grandó

Valfrida de Oliveira

Daniele Burigo Marques Heinzen

Soraia Joselita Depin

Ignez Busnello Durgante

Rodrigo Corrêa Simon

Andresa Silveira Feliciano

---





## 3.2 TESE 2

# “DIREITOS VALEM MAIS”<sup>1</sup>

### CONJUNTURA NACIONAL, ESTADUAL E A LUTA DOS TRABALHADORES

“O impeachment ilegal da presidenta Dilma Rousseff e o acelerado retrocesso em direitos e liberdades que se segue a ele mostram que as instituições não só não cumpriram seu papel de proteger a ordem constitucional e a democracia, como também participaram ativamente de sua subversão” (Luis Felipe Miguel. Professor do Instituto de Ciência Política da UNB – Universidade de Brasília).

A luta por direitos sempre esteve presente na história da humanidade. Lutar por melhorias para as nossas vidas não é um direito de cada um de nós, mas um verdadeiro dever. Quando vamos às ruas exigir direitos, estamos enfrentando forças que não vão ceder facilmente as nossas pretensões. Essas forças que não nos deixam avançar no nosso direito de ser feliz e de conquistar nosso lugar ao sol, também têm seus representantes. E esses são muito mais poderosos que imaginamos.

Lembramos bem que nas eleições de 2014, nenhum dos candidatos defendeu a necessidade de reformas como a trabalhista, da previdência e nem o congelamento de investimentos públicos na área da saúde e da educação, como Temer o fez na PEC 95. Por que Temer, o presidente golpista, decidiu fazer tais reformas, deixar de investir em saúde e educação, intervir na segurança pública do estado do Rio de Janeiro e dar espaço aos militares para atuarem livremente no governo?

O povo cada vez mais percebe que há algo de muito suspeito em tudo o que está ocorrendo no Brasil. A operação lava-jato é importante para colocar o Brasil novamente nos trilhos da honestidade e da legalidade, mas não pode ser um instrumento de desmonte da economia ou de perseguição política de um determinado partido ou candidato. Infelizmente é isso que temos notado que tem ocorrido desde que começaram as investigações. Estamos perdendo uma grande oportunidade de colocar na cadeia todos os empresários que dilapidaram o patrimônio dos brasileiros e que corromperam políticos e funcionários públicos objetivando unicamente o enriquecimento injustificado, ilícito e despuadorado.

Estamos perdendo a oportunidade de prender aqueles que realmente financiam a corrupção; os verdadeiros corruptores. Em troca disso estamos focando apenas na classe política. Muito embora político corrupto tenha que estar na cadeia, temos que ter cuidado para não inverter os valores, ou seja, manter o corruptor solto e prender apenas o corrompido. Na verdade ambos são corruptos. Ambos desviam dinheiro público que poderia ser utilizado na saúde, na educação, na segurança pública, no saneamento básico, na moradia popular, dentre outras áreas.

Cada vez mais a opinião pública se convence que o impeachment de Dilma não passou de um golpe orquestrado pela elite nacional (juízes, procuradores, empresários, Rede Globo) e pelo capital nacional e estrangeiro (bancos, empreiteiras, corretoras de valores, grandes empresários). Pessoas interessadas no desmonte do patrimônio brasileiro; pessoas que têm como único interesse vender o Brasil ao capital estrangeiro. Cada vez mais a opinião pública se convence que Lula foi preso sem provas. Não podemos desistir e aceitar de braços cruzados tais abusos. Não podemos aceitar que nossos movimentos grevistas sejam repelidos com a costureira violência moral e psicológica que sofremos, sem contar a truculenta violência física sofrida por categorias dignas, como a dos Professores, a exemplo do que ocorreu anos atrás em Curitiba e ano passado no município de São Paulo, onde a polícia, com o aval de Geraldo Alckmin e João Doria, praticou um verdadeiro terrorismo estatal, ou ocorreu em Santa Catarina no desgoverno de Raimundo Colombo, onde Professores amargam verdadeiros salários de fome, muito menor que o auxílio-moradia pago a juízes e membros do MP, como é o caso de Sérgio Moro, Marcelo Bretas, Deltan Dallagnol, Carlos Fernando Lima e outros.

O medo não pode vencer a esperança. Essa tem que estar sempre no foco daqueles que defendem um estado republicano e que nos proporcione o bem-estar que temos direito e que pagamos com os pesados tributos que recolhemos. Ainda que desacreditados, esperamos que ao menos possamos ver um sinal de justiça no fim do túnel. O espetáculo formulado pela “turminha de Curitiba” pertencente à Procuradoria da República, Polícia Federal e Poder Judiciário, causou impactos e forneceu à sociedade elementos para concluir-se que a verdadeira meta da Lava-jato não era somente proporcionar uma verdadeira “fratura” na máfia que existia dentro e fora do Congresso Nacional e que estendia seus tentáculos, inclusive, no Palácio do Planalto. Ao invés de focar no capital financeiro que é o grande vilão e corruptor, diga-se bancos, financeiras, empreiteiras, grandes conglomerados de empresas, o objetivo principal era encontrar um culpado para isso tudo; alguém que pudesse ser responsabilizado pelo desmonte do estado e pela barbárie que se instalou com a farra de dinheiro público que era desviado, principalmente, da Petrobrás. Objetivava-se, ao final, apontar Lula e o PT como os grandes bandidos da humanidade e os verdadeiros culpados de toda a corrupção que estava (e ainda está) instalada no Brasil.

O golpe de 17 de abril de 2016 foi apenas a materialização de algo que já havia iniciado muito antes. A parceria entre os meios de comunicação e o Poder Judiciário foi claramente colocada como estratégia para que a opinião pública pudesse estar ao lado do Judiciário nas suas principais decisões. A prisão de Lula é apenas a continuidade do Golpe de 2016 e da fórmula mágica que encontraram para evitar que um governo popular assumisse novamente e pudesse proporcionar novos avanços sociais para aqueles que precisam. Não foi à toa que Lula foi o único presidente brasileiro que após 8 anos de governo deixou o poder com 87% de aprovação.

A prisão de Lula é ilegal porque faz parte de um golpe que iniciou, na prática, em 2016, mas que objetivou, principalmente, impedir que Lula fosse candidato à presidência e que pudesse ser julgado por quem de direito nas urnas, ou seja, o povo brasileiro. Não há provas dentro da sistemática processual penal brasileira. O judiciário se rende à vontade midiática e ao imperialismo. Facilita a

<sup>1</sup> Autoria de Claudio Augusto Lima da Costa – “Carioca” – TJA 11697 – CEJUSC Comarca de Lages  
Fone/whatsapp: (49)988169488;  
E-mail: claudiocarioca@uol.com.br

vida desse governo golpista, subverte a ordem constitucional e os tratados aos quais o Brasil é signatário e dá interpretação à presunção de inocência como bem entende e totalmente à contramão do que os legisladores constituintes pretendiam à época, permitindo a famigerada execução provisória da sentença penal condenatória.

O Governo golpista de Temer amargou o aprofundamento de uma crise social, econômica e institucional que teve o preço dos combustíveis e do gás de cozinha como pontos nevrálgicos, tornando-se a mais grave da história recente do Brasil. Mais de 1,5 milhão de famílias já retornaram a utilizar o fogão à lenha como única alternativa para cozinhar. Temer e seu clã de bandidos golpistas queriam que o povo brasileiro pagasse a conta de uma política de preços de combustíveis que somente privilegiava uma pequena parcela de investidores internacionais enquanto a população brasileira amargava os altos preços. Ficou para nós o aumento de impostos e a redução de investimentos na saúde e na educação para cobrir a redução de R\$0,46 no preço do óleo diesel.

O pior é que com tudo isso o discurso do ódio, da violência e da intolerância vem ganhando corpo, e com ele um saudosismo inexplicável dos militares que com mãos de ferro e muita tortura, impuseram uma das piores e mais longas ditaduras da América Latina. O Brasil sofreu ao longo de 21 anos. Por isso somos contrários a todos e todas que gritam pedindo intervenção militar. O fascismo saiu do armário e não somente o Poder Judiciário tem sido o fomentador disso, como uma parcela da sociedade saiu às ruas para pôr em prática atitudes repudiadas de intolerância e total desrespeito às minorias, sejam elas indígenas, quilombolas, trabalhadores, trabalhadoras, negros e negras, LGBT, mulheres, dentre outros, impondo a voz de uma pseudo maioria preconceituosa e que não aceita o diálogo. Na prática, hostilizar pessoas, dar tiros em caravanas políticas, não aceitar um discurso que contrarie o que o *status quo* vigente estabelece. Isso é fascismo puro!!!! E o Poder Judiciário, O Ministério Público e a mídia têm sido avalistas disso tudo.

A eleição de Bolsonaro apenas aprofundou essa crise e essa conjuntura de ódio e preconceito contra o pobre e contra os trabalhadores e trabalhadoras. A Reforma da Previdência é um retrocesso e não extingue privilégios, visto que não tocou em nenhum deles. Manteve a cúpula do executivo, do judiciário e do legislativo intactas. Aproveitou a oportunidade e melhorou o salário dos militares ao invés de propor, também, uma reforma na previdência dos militares. A Reforma da Previdência é o maior crime contra a classe pobre e trabalhadora do Brasil. Retirá-la da CF88 é o primeiro passo para retirar a seguridade social da CF88, ou seja, abrir a porta para a privatização do SUS, por exemplo. Bolsonaro materializa tudo o que o capital precisa para esmagar a classe trabalhadora. Além disso, mostra cada vez mais ser o capacho do imperialismo norte-americano, como sempre fomos ao longo dos governos militares. É obrigação de cada brasileiro e brasileira entender o que vem acontecendo no Brasil e lutar para que o medo não vença a esperança de um país melhor. Culpar o PT e Lula por toda a corrupção que paira sobre o nosso país é esquecer que desde 1500 vivemos essa realidade e que tivemos pouco mais de 13 anos de governo petista perto dos 505 anos que tivemos de governos impopulares, submissões colonialistas, neocolonialistas, imperialistas e que apenas aprofundaram a crise pela qual grande parte de sua história viveu nosso país.

Enquanto isso, em Santa Catarina, o segundo estado da federação que mais votos conferiu a Bolsonaro, temos como mandatário o Comandante Moisés. Sua (des)política cada vez mais representa uma reprodução do Governo Federal, ou seja, a falta de projetos para Santa Catarina, a política de arrocho do funcionalismo público, as ameaças de privatização do patrimônio público, a constante "falta de dinheiro", mesmo diante do aumento da arrecadação.

Além disso, com uma bancada conservadora, incluindo o deputado estadual pertencente ao quadro dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, persegue servidores públicos, Professores, Professoras e prega uma educação arcaica, ultrapassada, patrulhada ideologicamente e que proíbe temas identitários em sala de aula, no famigerado projeto do "Escola sem Partido".

O "Pacto por Santa Catarina" criado por Raimundo Colombo às custas do suor do trabalhador e da trabalhadora catarinense e com muito dinheiro emprestado, foi um desastre e pagaremos mais essa fatura. Apesar disso, busca-se penalizar mais a classe trabalhadora com a Reforma da Previdência que, ao gerar os esperados reflexos nos estados e municípios, terá como Santa Catarina um dos primeiros estados da federação a tornar mais difícil a vida do proletariado urbano e rural. Aprovar a Reforma da Previdência é enterrar os sonhos dos brasileiros e brasileiras operárias do dia a dia.

Lutar contra a política de Bolsonaro é lutar contra a política de Moisés. Implementar as lutas nas ruas e nos nossos ambientes de trabalho debatendo com a população e demonstrando as perdas com a política ultraliberal de Bozo-Guedes (Tchutchuka/Tigrão) é uma obrigação das forças progressistas, incluindo os sindicatos de luta. Precisamos acordar e sermos mais protagonistas nesse processo. É o que a sociedade espera de cada um de nós!

## O JUDICIÁRIO

Enquanto o povo brasileiro lamenta a falta de empregos, a baixa qualidade da educação brasileira, a perda de direitos, o congelamento dos gastos públicos, em especial da saúde e da educação, representantes da elite brasileira e porta-vozes da desigualdade social faziam uma "greve" inexplicável e egoísta com o objetivo de manterem o imoral auxílio-moradia. Interessante a discrepância encontrada na inescrupulosa manifestação dos magistrados e procuradores da república na sua incansável luta pela manutenção das benesses conquistadas em decisões de seus próprios colegas de profissão e que apenas intensificam o conceito de corporativismo no seu aspecto negativo. A discrepância mencionada era clara numa foto de um trabalhador de roupa surrada e ferido pela truculência de agentes do estado que em 2013 portava um cartaz dizendo: "Não é só por R\$0,20", enquanto um magistrado no dia 15 de março de 2018, de terno e gravata e protegido pelos agentes do estado, portava um cartaz dizendo: "Não é só por R\$4.377,73". Seria cômico se não fosse trágico, mas a história se repete, e como disse Marx: "a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa".

Para uma compreensão geral da questão, importante reproduzir matéria do jornal Estado de São Paulo publicada em 25 de fevereiro desse ano: "Discussões sobre o pagamento de auxílio-moradia no Judiciário se arrastam há quase quatro décadas, marcadas por sobreposição de leis, falta de regulamentação, regulações posteriores a liminares e ações judiciais. Neste cenário, o benefício, originalmente criado para indenizar quem não tem residência na comarca onde trabalha, é concedido a 17.087 magistrados, o que representa 70% do total. Essa ampla maioria foi atingida em 2014, após resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".

Entretanto, o debate sobre o auxílio-moradia vem desde quando foi criado, em 1979, na Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Sem regulamentação, cada Estado aplicava de uma maneira diferente o benefício, o que feria a isonomia entre os juízes. Após a resolução do CNJ, o desequilíbrio acabou, mas os gastos só aumentaram. Apenas no mês de dezembro/2018, o país gastou R\$ 76 milhões com o "penduricalho" em 59 tribunais analisados, segundo levantamento do Estadão Dados. Em 2000, magistrados ganharam o benefício em um acordo feito às vésperas de uma paralisação. Passaram-se 18 anos, e os juízes ameaçam usar a mesma tática no dia 15 de março de 2018, uma semana antes do julgamento definitivo no STF. O argumento em defesa do amplo auxílio-moradia reside na regra abrangente prevista pela Lei Orgânica: quem não tiver acesso a imóvel funcional ganha o direito. Há duas legislações que poderiam impedir a distribuição ampla do benefício: a que rege os servidores públicos, de 1990, e a Lei de Diretrizes

Orçamentárias. Ambas impõem limites, mas os juízes argumentam que o caso deles precisa ser regido por uma lei específica. E usaram a Lei Orgânica para entrar com uma ação no STF, em 2013.

Em setembro de 2014, o ministro Luiz Fux concedeu liminar até que o mérito fosse julgado. Outras categorias pediram equiparação aos magistrados federais e também conseguiram. Enquanto isso, valeria a Resolução 199 do CNJ, de outubro de 2014. Essa resolução, porém, que imporia limites ao auxílio, acabou "abrindo a porteira" para sua ampla distribuição, e aumento exponencial de gastos, já que permitiu que juízes com imóvel próprio passassem a receber. Mesmo com a equiparação, o pagamento não era uniforme. Em três tribunais, TJMS, TRT-13 (PB) e TRT-20 (SE), basta vestir a toga para não se preocupar com o peso do aluguel ou da prestação da casa própria no salário do fim do mês. Ali todos os juízes ganham, livres de impostos, os R\$ 4.377,73 da verba indenizatória. Na sequência, aparecem oito tribunais de Justiça estaduais (Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Bahia, Paraíba e Roraima) - todos pagam o auxílio-moradia a mais de 90% de seus magistrados. No Tocantins apenas um juiz não recebe. O TJ-SP, maior do País, uma única juíza recebeu R\$ 31 mil no mês de dezembro. Os benefícios dela e de outros 2.358 colegas consumiram R\$ 10,4 milhões do orçamento, o que dá R\$ 125 milhões no ano. Os tribunais federais não ficam de fora. Juntos, garantem o penduricalho a 82% de seus juízes.

Em uma população de 24.119 magistrados, apenas 7.070 não recebem o benefício. Dentre eles, aposentados, os que já ocupam imóvel funcional e os que não solicitaram. Por se tratar de verba indenizatória, os aposentados não recebem. Pela mesma razão a quantia não está sujeita ao Imposto de Renda, conforme o Estado mostrou na semana passada. Juízes deixam de pagar R\$ 360 milhões por ano ao receber penduricalhos. Para receber a ajuda de custo os juízes não precisam comprovar nenhum pagamento de aluguel. Ela cai direto no contracheque, expandindo o rendimento, e eles podem usá-la como quiserem. O Estadão Dados analisou as planilhas de remuneração dos magistrados referentes ao mês de dezembro de 2017 divulgadas pelo CNJ. Foram analisados 59 órgãos: os tribunais de Justiça estaduais, os federais, os militares e trabalhistas, além do Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho. Os tribunais eleitorais, por empregar juízes de outras comarcas, foram excluídos do levantamento. Já o CNJ, o Tribunal Superior Eleitoral e o STF não pagam auxílio-moradia aos seus membros".

Vale dizer que segundo dados da pesquisa do Cientista Político Luciano da Ros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o custo do judiciário brasileiro equivale a 1,3% do PIB nacional, o que representa quatro vezes mais que o custo do judiciário alemão, seis vezes mais que o italiano e treze vezes mais que o norte-americano. Além disso, na relação entre o número de juízes para cada 100 mil habitantes, possuímos um número muito menor que os países acima mencionados (Brasil – 8,2 juízes por 100 mil habitantes; Alemanha – 24,7 juízes por 100 mil habitantes; Itália – 10,6 juízes por 100 mil habitantes; EUA – 10,8 juízes por 100 mil habitantes). A diferença se repete em relação ao Ministério Público. No Brasil, emprega-se o equivalente a 0,32% do PIB enquanto que, por exemplo, na Alemanha, 0,02%.

Ademais, segundo o blog Spotnicks, nenhum país no mundo gasta tanto em justiça quanto o Brasil, visto que o custo não sai por menos de R\$61 bilhões (com toda a estrutura de câmaras municipais, assembleias estaduais, Congresso Nacional e Senado, incluindo aí mais de 62 mil políticos profissionais, gastamos cerca de R\$20,6 bilhões). Nosso judiciário é composto de muitos burocratas e poucos juízes. 100% dos magistrados brasileiros estão entre os 0,5% mais ricos da população brasileira. "A ideia genial de ajudar os magistrados brasileiros a bancarem o aluguel nos levou a uma situação curiosa. Gastamos atualmente R\$ 200 milhões mensais com esta prática, ainda que ela nunca tenha sido julgada em plenário, pois o ministro do STF, Luiz Fux, jamais levou a medida para julgamento (algo que lhe rendeu um pedido de impeachment). Em 20 meses de vigência, o auxílio-moradia custou R\$ 2,4 bilhões. Cerca de 10% do gasto com os 47 milhões de beneficiários do Bolsa-Família. Para determinados magistrados, o valor é uma questão de "dignidade". Segundo o desembargador José Roberto Nalini, quando presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirmou que o auxílio disfarça um aumento no subsídio, uma vez que no básico estão incluídos os 27% de desconto do imposto de renda e gastos como plano de saúde. Para o desembargador, o salário de um juiz "apenas parece razoável", mas na prática "não dá pra ir toda hora a Miami comprar terno". O auxílio funciona para que o juiz fique um pouco mais "animado", não tenha tanta depressão e possa trabalhar melhor. Colocados em situações degradantes como estas, alguns juízes brasileiros defendem certas extravagâncias. Ricardo Lewandowski, ministro do STF, defende, por exemplo: auxílio-alimentação, creche, educação (para filhos de seis a 24 anos), plano de saúde e extra de até 20% no salário para juízes pós-graduados". Trata-se, nas palavras da Advogada e pesquisadora do sistema de justiça, Luciana Zafallon Leme Cardoso, de uma "espiral elitista de afirmação corporativista".

O mais interessante é que os magistrados são apenas a ponta de um iceberg que tem uma profundidade imensa, visto que outras categorias também recebem a vergonhosa "gratificação indenizatória", dentre elas, o Ministério Público que caladinho, "mama na teta do estado" e sequer manifesta-se em relação a isso. Promotores e Procuradores vivem as mesmas situações dos magistrados, mas de forma covarde e traidora, permanecem silentes deixando que a "fritura social" atinja somente os magistrados, mas sugando a sociedade brasileira como os seus coirmãos de "justiça". Enquanto isso, magistrados federais, carreiras de estado, fazem paralisação pela manutenção da "tetinha" imoral, afinal de contas, "largar o osso" não é para qualquer um. Tem que ter muita dignidade para isso e pelo que vemos, está em falta entre os recebedores do famigerado auxílio, sejam membros do executivo, do legislativo, do judiciário ou do Ministério Público. Será que quando os servidores fizerem suas paralisações em prol de melhorias salariais terão o mesmo reconhecimento por parte dos magistrados ou seremos alvo de resoluções draconianas como a adotada pelo TJ/SC na greve de 2004 ou as adotadas na última greve dos Servidores do TJ/SC, por sinal, a maior da história do Poder Judiciário de Santa Catarina???

Difícil é crer que somente o valor de auxílio-moradia é maior que o salário de mais de 90% dos Professores do Brasil. É dessa forma que vemos a reprodução da desigualdade, ou seja, aqueles que ganham mais pretendem sempre ganhar mais, nem que para isso tenham que sacrificar o próximo. Para um país em que aponta-se uma crise econômica e uma necessidade de reformas injustificáveis e congelamento de investimentos em saúde e educação, onde quem paga a conta é sempre a classe trabalhadora, magistrados e procuradores provam que não estão nem aí para isso, numa clara materialização do ditado "farinha pouca, meu pirão primeiro".

É certo que a população brasileira não tem esperança alguma que o STF ou o Congresso Nacional irá alterar isso de maneira a fazer justiça da forma que deve ser. Alguma artimanha será arquitetada pelo sistema para que as benesses possam ser limitadas, mas não deixem de existir, afinal de contas, "irmãos julgam interesses de irmãos" e nesse sentido, Poder Judiciário e Ministério Público vestem a mesma camisa com os mesmos dizeres e com os mesmos interesses. Certamente amparados por uma legalidade construída por eles mesmos, mas com uma imoralidade que revolta a sociedade brasileira.

O Poder Judiciário sempre foi uma das instituições sociais mais respeitadas e confiáveis, porém nos últimos anos tem caído no descrédito da sociedade brasileira. A compactuação com o golpe de 2016 sofrido pela Presidente Dilma, a atuação de Moro que condenou e orquestrou a prisão de Lula para tirá-lo do processo eleitoral e, em seguida, aceitou ser ministro do candidato que concorria diretamente contra Lula, aprofundou as críticas da sociedade. Sem contar a atuação cambaleante dos ministros do STF. Todos sabiam que quando Lula teve sua candidatura impugnada pelo TSE, possuía 39% das intenções de voto enquanto Bolsonaro possuía ridículos 19%.

Temos que mostrar para a sociedade que não são apenas magistrados que fazem parte do Poder Judiciário, mas uma categoria de muita bravura e luta encontra-se, também, a construir essa instituição social. Os servidores são uma brava categoria e cada vez mais tem sofrido pressão por parte dos magistrados. A bola da vez é o assédio moral e o patrulhamento ideológico. Cada vez mais servidores adoecem física e mentalmente com os desmandos de magistrados despreocupados com o bom e saudável ambiente de trabalho. Em Santa Catarina os exemplos de Joinville e Lages representam bem isso. Apesar dos tribunais entenderem que são casos isolados, a questão começa a ser estudada como um problema estrutural dentro do Poder Judiciário. Temos que combater o assédio moral e o patrulhamento ideológico. O respeito ao subordinado e a sua liberdade de associação, de expressão e de manifestação deve prevalecer enquanto garantias constitucionais.

No final, pior que tudo isso, é suportar o discurso piegas de que a atuação de juízes e de procuradores federais no combate à corrupção tem sido alvo do ataque da mídia e de políticos, além das críticas ao aumento aprovado na calada da noite e acordado entre o judiciário e o executivo, cujos reflexos estenderam ao Ministério Público. Ora, puro descaramento!!! É, simplesmente, subestimar a capacidade do povo brasileiro em discernir entre o que é legal e o que é imoral. O mais interessante é que nas faculdades de Direito aprendemos que justiça é a soma do que é legal com o que é moral. O famigerado auxílio-moradia pode estar cercado de legalidade, mas da forma como é concedido, não é revestido de nenhuma moralidade. Sendo assim, não há justiça. E se não há justiça, o povo, detentor do verdadeiro Poder anunciado na Constituição Federal, não é obrigado a aceitar ou acatar e tem todo o direito de reagir a essa afronta. A resposta está na rebelião cidadã, na ocupação das ruas, na desobediência civil, no enfrentamento social, na contraviolência à violência estatal e institucional praticada contra o cidadão e a cidadã, na democratização dos meios de comunicação, na tributação das grandes fortunas, numa verdadeira reforma agrária e urbana, no que concerne à moradia e ao direito à terra, numa verdadeira reforma do judiciário e do Ministério Público e na quebra dos privilégios das elites no Brasil, em especial dentro do funcionalismo público e junto às chamadas categorias de estado.

## EIXO DE LUTAS

- 1 – Não à Reforma da Previdência apresentada pelos Governos Temer e Bolsonaro;
- 2 – Aderir ao calendário de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e auxiliar na construção da Greve Nacional contra a Reforma da Previdência no dia 15 de maio de 2019;
- 3 – Em defesa da Aposentadoria, democracia e autodeterminação dos povos;
- 4 – Unidade e Luta em defesa dos serviços e do patrimônio públicos;
- 5 – Solidariedade e defesa a todos os movimentos sociais do campo e da cidade que lutam por direitos e todos os cidadãos e cidadãs que lutam por dignidade;
- 6 – Pelo Novo Plano de Cargos e Salários;
- 7 – Contra o Assédio Moral e o Patrulhamento Ideológico;
- 8 – Contra a Reforma Trabalhista e o Desmonte das representações dos trabalhadores e trabalhadoras;
- 9 – Apoio à luta dos Agentes Administrativos Auxiliares e Agentes de Apoio Administrativo pela solução positiva da disfunção;
- 10 – Pelo Nível Superior aos TJAs;
- 11 – Pela Jornada de Trabalho de 6h.;
- 12 – Pelo respeito à carga horária de 6h. das Assistentes Sociais Forenses;
- 13 – Pelo aumento real na remuneração dos Servidores do TJ/SC;
- 14 – Pelo respeito às minorias sociais e pela criação de espaços na diretoria do Sinjusc de representação dessas minorias sociais (negros, índios, mulheres e LGBTs);
- 15 – Contra a Reforma Trabalhista, o congelamento dos gastos públicos e o processo de desmonte do patrimônio nacional e estadual. Não às Privatizações!

---

Assina a tese:

Cláudio Augusto Lima da Costa

---



## 4 - Comissão Organizadora

---

Diretoria Executiva:

Presidente: Walmor Grando

Vice-Presidente: Valfrida de Oliveira

Secretário Geral: Hélio Lentz Puerta Neto

1º Secretário: Guilherme Peres Fiuza Lima

Secretário de Finanças e Patrimônio: Cláudio Del Prá Netto

1ª Tesoureira: Liliane Fátima Araújo

2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical: Silda Debus Coelho

2º Secretário de Imprensa e Divulgação: Douglas Martins Silva

Secretária de Assuntos Jurídicos: Eliane Pavanello

2º Secretário de Assuntos Jurídicos: Alcides Alonço Leonel

Secretário de Política Sindical: Rodrigo Corrêa Simon

2ª Secretária de Política Sindical: Vânia Maria Maçaneiro

Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes: Daniele Búrigo Marques Heinzen

2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes: Rafael Rovaris

Secretário de Aposentados: Luiz Nascimento Carvalho

2ª Secretária de Aposentados: Lindalva Sasse

Conselheiro Fiscal: Doraci Aparecido

Conselheira Fiscal: Gleydy Fioranelli

Conselheira Fiscal: Soraia Joselita Depin

Conselheira Fiscal: Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Representante Regional: Frank Rodrigues Gauniel

Representante Regional: Giana Angeloni Ronzani Magagnin

Representante Regional: Maria Aparecida dos Santos Ferraz

Representante Regional: Alcides Clemir Cappelletto

Representante Regional: Agatha Fernanda Martins

Representante Regional: Alexandre Manoel Catarina

Representante Regional: Jorge Augusto D'ornelas Ponsi

Representante Regional: Marceli Regina Possamai

Representante Regional: Mario Henrique Dingee

Representante Regional: Nadjanara Avila

Representante Regional: Vera Lucia Correa Prá Gonçalves

Representante Regional: Ademir Justino de Freitas

Representante Regional: Marcelo Martins Brandão

Representante Regional: Alessandra Ludwig

Representante Regional: Consuelo Mora

Representante Regional: Lucas Scussel Degaspero

Representante Regional: Marcos Rafael Gomes

Representante Regional: Martha Heusser

Representante Regional: Miguel Angelo Raymundi Filho

Representante Regional: Solangela Corezzolla

Representante Regional: Paulo Cesar Davet

Representante Regional: Moacir Dias

Representante Regional: Dalmo Gerson Muniz

Representante Regional: Leandra Piccini

Representante Regional: Adriana Regina Modesti

Representante Regional: Ivete Tedesco Cambri

Representante Regional: Lademir Hofmann

Representante Regional: Bruno Andre Dotta

Representante Regional: Jean Pierre Olejuki

Representante Regional: Marcelo Pucci

Representante Regional: Moises Ciryno de Freitas (em memória)

Representante Regional: Arnaldo Nazareno Borges

Representante Regional: Christian Costa Batagelo

Representante Regional: Claudio Oneres Heinzen

Representante Regional: Dany Mailon Canani Borsatto

Representante Regional: Everton Dutra Liczkoski

Representante Regional: Sidnei Furlan





**SINJISC**  
o seu **J** sindicato

